

DA ICTIOFAUNA NO *DE ANTIQUITATIBUS LUSITANIAE*,
DE ANDRÉ DE RESENDEI

ABOUT THE ICHTHYOFAUNA IN THE
DE ANTIQUITATIBUS LUSITANIAE, BY ANDRÉ DE RESENDE

ANTÓNIO MARIA MARTINS MELO

Universidade Católica Portuguesa – Braga

Centro de Estudos Filosóficos e Humanísticos

antmelo@braga.ucp.pt

RESUMO: Depois de evocar *A Cidade e as Serras* de Eça de Queirós, o autor fala dos rios da Lusitânia, principalmente do rio Minho, e da ictiofauna deles, que se viu empobrecida com o desaparecimento do esturjão. Com efeito, o último exemplar terá sido capturado em 1961. Deste *Asturjão se ocupou o professor Raul Miguel Rosado Fernandes, num estudo sobre uma digressão de cerca de dez páginas, feita por André de Resende, que ele intitulou “Investigação sobre os *Asturjão” (*Disquisitio de pisce asturione*, pp. 166-180). É objetivo deste estudo comentar os passos em que André de Resende menciona os rios, de Sul para o Norte de Portugal, situando-os à luz da tradição literária: Plínio-O-Antigo, *História Natural*, IV, 22, 115), Ateneu de Náucratis, *Deipnosophistas*, VIII, 331, b-c; Estrabão, *Geografia*, III, 3, 4). Daqui resulta uma maior proximidade entre história da literatura e gastronomia local.

Palavras-chave: Rios da Lusitânia; Ateneu; Estrabão; Plínio-O-Antigo; André de Resende; *Antiguidades da Lusitânia*.

ABSTRACT: After evoking Eça de Queirós’s late novel, *The City and the Mountains*, the author writes about the rivers of Lusitania, mainly the Minho river, and their ichthyofauna, impoverished by the disappearance of the sturgeon. In fact, the last specimen was captured in 1961. Professor Raul Miguel Rosado Fernandes mentioned this sturgeon in a study on an excursion of about ten pages, written by André de Resende, called “Research on the *Asturjão” (*Disquisitio de pisce asturione*, pp. 166-180). The purpose of the present study is to comment on the parts of the *De antiquitatibus Lusitaniae* where André de Resende mentions the rivers, from the South to the North of Portugal, in the light of literary tradition: Pliny the Elder (*Natural History*, IV, 22, 115), Athenaeus of Naucratis (*Deipnosophistae*, VIII, 331, bc), Strabo (*Geography*, III, 3, 4). This results in a closer proximity between history of literature and local gastronomy.

Keywords: Rivers of Lusitania; Athenaeus of Naucratis; Strabo; Pliny the Elder; André de Resende; *The Antiquities of Lusitania (De Antiquitatibus Lusitaniae)*

¹ O Autor discorda do AO90, mas aplicou essa grafia por ser essa a determinação do Conselho Editorial da IUC.

PALAVRAS INTRODUTÓRIAS: DA INFANTA D. MARIA DE PORTUGAL E DA LAMPREIA

Ainda não vão longe os dias em que o Douro e as festas das vindimas fizeram as delícias de muita gente. O poeta de São Martinho de Anta, um dia, desde o miradouro de S. Leonardo de Galafura, havia de chamar-lhe, com toda a propriedade, um doce mar de mosto, que S. Leonardo vai sulcando, sem pressa de chegar ao seu destino, à proa de um navio de penedos²!

Também nós, por essa época, afortunadamente nos fizemos à estrada, para mergulharmos nessa lide duriense, ajudando um amigo próximo, para os lados de Guiães, uma aldeia celebrada por Eça de Queirós no seu romance *A Cidade e as Serras*. Como se lê ali, é nesta aldeia que, em dia de aniversário, o narrador José Fernandes aguarda pelo seu amigo Jacinto, a quem, carinhosamente, apelida de ‘Príncipe da Grã Ventura’: “Toda essa semana a passara eu em Guiães, nos preparos da vindima e logo cedo, nesse domingo ilustre, me fui debruçar da varanda do quarto do saudoso tio Afonso, vigiando a estrada, por onde devia aparecer o meu Príncipe, que enfim visitava a casa do seu Zé Fernandes”³. Depois do desespero da notícia da prima Joaninha que não podia vir ao almoço natalício, e porque o Príncipe tardava, “... voltei à janela impaciente... – continua o narrador José Fernandes – Mas, mal eu me chegara à varanda, apareceu justamente na volta da estrada Jacinto, de grande chapéu de palha, na sua égua...”⁴. Jacinto vinha de Tormes, lugar de Santa Cruz do Douro, da sua casa senhorial que, no baixo Douro, juntamente com a quinta, cobriam uma serra: com “excepção daqueles sítios onde, como disse, a terra se humaniza, todo o passeio se compõe de dois esforços... – o de uma descida em que há sempre o perigo de se ser despenhado, e uma subida, depois, em que se tem de parar, cada cinco minutos, a arquejar – ou vice-versa. Andar de gatas, agarrando as fragas, é frequente nestes passeios de prazer”⁵.

Da leitura desta obra, na nossa juventude, recordamos «a famosa aventura do peixe da Dalmácia encalhado» no elevador do 202 de Paris, “uma das melhores histórias que nos sucedeu em Paris!” e cito as palavras do narrador José Fernandes, em momento oportuno para animar o jantar, pois a conversa ia perdendo entusiasmo: “E em torno destes sáveis, se iam formando, em torno da mesa, entre os cavalheiros mais vizinhos, lentas cavaqueirinhas rurais...”. Com efeito, se por aquelas bandas da serra, «era impossível, mesmo a peso de ouro, ter peixe, a não ser a pescada salgada, ou o bacalhau», assim se desculpava a tia Vicência para com Jacinto pelo facto de não ter peixe, essa foi a ocasião para

² Torga 1977: 91.

³ Queirós 1977: 203.

⁴ Queirós 1977: 204.

⁵ Queirós 1977: 8. Carta de Eça de Queiroz sobre Thormes, datada de 2 de Junho de 1898.

o conviva Rojão lembrar ao sr. D. Jacinto que ele «possuía uma larga faixa do Douro, com privilégio para a pesca do sável. Jacinto não sabia, nem imaginava que houvesse sáveis». Nada de estranhar, pois ‘essas pescas’ tinham sido vendidas, há vinte anos, na mocidade do sr. D. Jacinto. Por aquela época, já seriam pouco numerosos esses peixes, pois aquela venda não valeria mais de “dois mil reis. Se já não há sáveis!...”⁶, rematou o seu parecer D. Teotónio.

Este romance queirosiano, para além do sável, havia de mencionar outro peixe de maior celebridade para a gastronomia, nomeadamente na região do Minho: a lampreia. Dois passos apenas são suficientes para adivinhar o elevado apreço em que se tinha na altura o ilustre ciclóstomo, que não podia faltar numa boa mesa. Pois assim sucedia com Jacinto «Galeão», que o degustava enviado propositadamente do rio Mondego, «naquele palacete dos Campos Elísios, n.º 202». Aqui se “enconchou, descansando de tantas agitações, numa vida de pachorra e de boa mesa, com alguns companheiros de emigração... até que morreu de indigestão, de uma lampreia de escabeche que lhe mandara o seu procurador em Montemor”⁷. Tanto o apreciava que acabou por sucumbir ao excesso deste petisco divinal.

Uma segunda e última referência à lampreia aparece já no fim do capítulo V, que releva da sua importância gastronómica na época. Por isso, com naturalidade, aparece associada à lauta mesa das classes abastadas. Jacinto, em Paris, atravessava um momento de vida entediante, de alguém que “sofre de fartura”, como dirá Grilo a José Fernandes, que o acabava de questionar acerca da razão de um “Jacinto tão murcho, tão corcunda...”. Jacinto despregava-se lentamente de todas as suas convivências e a custo cedia na visita a algum castelo amigo dos arredores de Paris. E se consentia em tais saídas, raras, é certo, “era tão arrastadamente, com um esforço tão saturado ao enfiar o paletó leve, que me lembrava sempre um homem, depois de um gordo jantar de província, a estalar, que, por polidez, ou em obediência a um dogma, devesse ainda comer uma lampreia de ovos!”⁸

Desta feita, não se trata de degustar o ciclóstomo cozinhado, mas tão simplesmente um doce empratado à maneira da sua imagem e que se serve em noite de consoada, no Natal. Trata-se de um doce conventual, com origem, ao que parece, nas Clarissas de Coimbra, no século XVI.

A tradição escrita de receitas de Lampreia, entre nós, pode recuar ao séc. XV, como testemunha o primeiro tratado da cozinha portuguesa, conhecido por Livro de Cozinha da Infanta D. Maria de Portugal (1538-1577), neta do rei D. Manuel I, que reinou entre 1495 e 1521. O códice mantém-se na Biblioteca

⁶ Queirós 1977: 212.

⁷ Queirós 1977: 13.

⁸ Queirós 1977: 82.

Nacional de Nápoles, em Itália, pois a infanta, tendo casado com um nobre italiano, Alexandre Farnésio, Duque de Parma, terá levado consigo este caderno de apontamentos, que havia de ter uma primeira edição aqui em Coimbra, corria o ano de 1967, na colecção *Acta Universitatis Conimbrigensis*, com o número 43.

Neste contexto, é nosso objectivo comentar alguns passos em que André de Resende menciona os rios do Norte de Portugal, situando-os à luz da tradição literária (Plínio-O-Antigo, *História Natural*, IV, 22, 115; Ateneu de Náucratis, *Deipnosophistas*, VIII, 331, b-c; Estrabão, *Geografia*, III, 3, 4).

1. DA CONSCIÊNCIA NACIONAL

André de Resende (*Lucius Andreas Resendius*) nasceu no início do século XVI e tem uma vasta produção bibliográfica, cerca de uma centena e meia de trabalhos, a maioria deles vindos a lume na língua do Lácio. Entre estes, e em edição póstuma, datada de 1593, com a chancela da Universidade de Évora, o *Libri Quattuor de Antiquitatibus Lusitaniae*, em vernáculo, *As antiguidades da Lusitânia*, uma tradução que foi publicada, pela primeira vez, em 1996, pela Fundação Calouste Gulbenkian.

Naquela época, era rei de Portugal Filipe I, segundo de Espanha e, neste contexto, há de compreender-se melhor o objetivo do humanista eborense, ao enveredar por um caminho propiciador da afirmação de uma consciência nacional, até então um pouco difusa, como se prova a partir do velho princípio, fundado na historiografia da antiguidade clássica, de que *Hispani omnes sumus*, isto é, “*Todos somos Hispânicos*”, uma expressão que colhia o maior desagrado em André de Resende⁹. Por isso se toma este tratado como um manual de Lusitanidade, de uma demonstração insana de amor à pátria, uma Portugalidade reafirmada desde o primeiro Livro, onde se indaga a índole dos povos que habitaram este extremo ocidental da Europa, a Lusitânia, antes e durante a ocupação romana, e se reivindicam como indubitavelmente portugueses dois celebrados heróis, Viriato e o romano Sertório, os quais se haviam de distinguir na luta tremendamente desigual contra o jugo de Roma¹⁰. Deste modo é lançada e vai perdurar

⁹ Resende, 1988: 131. Veja-se o passo, a partir da edição e tradução de Virgínia Soares Pereira: *Tam nihili apud uos sumus! Sed estote beati, estote felices, muneribus a Deo concessis gaudete atque dominamini! Sinite nos pauxillo nostro etiam frui! Hispani omnes sumus, magnis inuicem propinquitatibus adfinitatibusque cognati ac familiarum mutua utrimque permixtione consanguinen*, isto é, “*Tão pequeno é o conceito em que nos tendes! Mas, pela vossa parte, sede afortunados, sede felizes, regozijai-vos com os dons que Deus vos concedeu e dominai em toda a linha! Deixai que gozemos também, pela nossa parte, do pouco que nos pertence! Somos todos hispanos, ligados mutuamente por grandes laços de vizinhança e de alianças, somos do mesmo sangue, em virtude de um duplo e recíproco cruzamento de famílias!*”

¹⁰ Fernandes 2009: 36-38; Melo 2013.

até à modernidade a lenda de Viriato, inspiradora destas palavras de Teixeira de Pascoais, que transcrevemos a partir deste seu sugestivo título *A Arte de Ser Português*, com *editio princeps* de 1915: “É preciso que o Povo encontre o culto religioso dos seus Avós (...) primeiro na figura homérica de Viriato e depois em Afonso Henriques, esse rude estatuário de uma Pátria que as últimas gerações têm mutilado”¹¹.

2. DA OROGRAFIA A NORTE DO RIO TEJO

Este rasto de centelha espiritual de uma Portugalidade impoluta condu-lo ao pioneirismo na sua época, concretamente na área da Geografia, quando se ocupa, ainda neste Livro I, da descrição orográfica do território português, num movimento de sul para norte. Assim, a norte do Tejo, vai falar do Monte Tagro ou Montejunto (*De monte Tagro, sive Iuncto*), perto de Lisboa, onde, segundo Varrão, as éguas são fecundadas pelo vento; do Monte Hermínio (*De monte Hermínio*), isto é, da Serra da Estrela, nascente de muitos rios (*multorum fluuio-rum patrem*); da Serra de Ansião (*De Tapiaeo Monte*), onde descreve o ópido de Soure, junto à corrente rápida do rio Soure, afluente do Mondego (*oppidum Saurium iuxta decursum Anei fluminis in Mundam labentis*); e, mais próximo de nós, da serra do Buçaco (*De Alcoba monte*) e dos seus rios, riquíssimos em bons peixes, tais como trutas, lampreias, sáveis, além de outras espécies vulgares (*et fluuiis nobilium piscium troctarum, lampetrarum, alosarumque, praeter ali uulgata genera, feracissimis*). E remata, dizendo que “*estes rios, porém, vão misturar-se uns no Mondego, outros no Vouga e outros ainda no Douro, e ao perderem então os seus nomes engrossam outros caudais*” (*Quorum tamen alii in Mundam, alii in Vaccam, in Durium alii se condentes, suorum nominum interitu, dant incrementum alueis alienis*)¹².

Depois, a pena do humanista vai ocupar-se da situação geográfica da região de Entre Douro e Minho que, a oriente, faz fronteira com a região de Trás-os-Montes e Alto Douro. E esta linha divisória cortaria a meio a província dos Brácaros, como se lê em André de Resende¹³:

Maranum, Iuressum et Murum, adde, si placet, Suaium ob id tantum referendos putauit quia Bracarorum prouinciam ita mediam secant, ut pars quae ab iis tendit ad mare Interduriominia uocetur, de quuius regionis laudibus, fertilitate, amoenitate ac salubritate extat opusculum lectione minime indignum. Altera uero pars, quae

¹¹ Pascoaes 1991: 83.

¹² Fernandes 2009: 160-162.

¹³ Fernandes 2009: 162-163.

ultra eos montes, Minio ab laeua relicto, Orientem uersus adscendit, Transmontana uulgo appellatur.

Achei que o Marão, o Gerês, e o Minho, mais o Soajo se se quiser, deviam ser referidos apenas devido ao facto de cortarem a meio a província dos Brácaros tão rigorosamente que a parte que deles se estende até ao mar é chamada Entre Douro e Minho (...) quanto à outra parte que fica para lá destes montes, deixando à esquerda o Minho, sobe na direcção do oriente e é chamada vulgarmente a região de Trás-os-Montes.

Deve notar-se isto: a indicação dos peixes não está nos autores anteriores; o humanista André de Resende é o primeiro a fazê-lo.

3. DOS RIOS DA LUSITÂNIA

No Livro II, dedicado aos rios (*De fluminibus*), André de Resende vai continuar este esforço de descrição geofísica do território, dirigindo agora a sua atenção para a rede hidrográfica do reino, fazendo menção, logo no início, aos rios mais celebrados desde Estrabão¹⁴:

Multis fluminibus irrigatur Lusitania. Id silentio non praeteriit Strabo: "Regio – inquit – de qua loquimur, felix est, et amnibus magnis, ac paruis irrigua. Qui omnes ab oriente pariter disiuncti a Tago sunt, et maiori ex parte nauigabiles, atque auri grumulis abundantes". Quibus Anae, Tagi, Mundae, Vaccae, Durii, Aui, Limiae, ac Minii tanta claritas est, ut in eis explicandis operam insumere superfluum uideatur.

A Lusitânia é irrigada por muitos rios, tal como não deixou de referir Estrabão: "a região de que falamos, diz ele, é rica e banhada por grandes e pequenos rios. Todos eles correm de Oriente e são paralelos ao Tejo. Na sua maior parte não só são navegáveis como ricos em areias de ouro". É tal a celebridade de alguns, como o Guadiana, o Tejo, o Mondego, o Ave, o Lima e o Minho, que parece supérfluo ocuparmo-nos em descrevê-los.

3.1. DO GUADIANA AO TEJO

Porém, o humanista eborense vai mesmo deter-se em certas particularidades que, segundo ele pensa, "*não se tornarão aborrecidas para os leitores*" (*quae lectoribus, ut opinor, non iniucunda sunt futura*), como acrescenta logo a seguir.

¹⁴ Fernandes 2009: 166-167.

E é nesta sequência que, ainda nesta página, ele chama à colação a rica ictiofauna do rio Guadiana:

Quumque piscosissimus amnis sit, pisces tamen eius non tam iucunditate saporis, quam proceritate commendantur. Myrtilin usque a mari subeunt alosae et lampetrae... Subeunt et Anam sub Eidus Martias, usque ad iam adultam aetatem, asturiones iusta magnitudine, sed raro maiores quam ut bini mulum onerent clitellarium.

Embora o rio seja muito rico em peixe, os seus peixes recomendam-se mais pelo seu tamanho do que pela delicadeza do seu paladar. Sobem desde o mar até Mértola sáveis e lampreias... Sobem também o Guadiana de meados de Março até ao Estio avançado asturjões de razoável tamanho, mas raramente demasiado grandes para que dois cheguem para carregar um macho com albarda.

E neste ponto traz à colação uma minuciosa investigação sobre o asturjão (*disquisitio de pisce asturione*), discutindo as opiniões de médicos, pois eram sobretudo estes que na época estudavam as questões de zoologia, e de eruditos que escreveram sobre peixes (*quando medicorum, quorum maxime interest, et eruditorum qui de piscibus scripserunt*). Deste *Asturjão se ocupou, em tempos, o académico Raul Miguel Rosado Fernandes¹⁵, num estudo a propósito desta digressão.

E vem, logo a seguir, a descrição do rio Sado, aberta com a menção ao geógrafo grego Cláudio Ptolomeu (séc. II d.C.), que o designa por Calípode (*De Callipode*). Como Rosado Fernandes¹⁶ o sublinha, é a primeira descrição geográfica do Sado e seus afluentes. O último parágrafo desta sua breve descrição¹⁷, reserva-a o escritor eborense para a caracterização da riqueza das suas águas:

Familiares huic flumini sunt mugiles, tum cephalii tum labiones, barbi, et anguillae egregio sapore. Bocae quoque, et minores alii pisces. Atque ubi salsis intermiscetur undis cammarorum pectinumque prouentus ingens. Raro lampetrae in eo capiuntur.

São familiares a este rio os mugens, quer cabeçudos quer beijudos, os barbos e as enguias de excelente paladar, além das bogas e de outros peixes mais pequenos. E no sítio em que se mistura às águas salgadas é enorme a apanha de camarões e de moluscos. Raramente se capturam lampreias.

Da abundância de peixe e ostras nas águas do rio Tejo, assim como da fertilidade do solo por ele banhado nos fala já Estrabão, quando se ocupa da geo-

¹⁵ Fernandes 2001: I: 397-420.

¹⁶ Fernandes 2009: 34.

¹⁷ Fernandes 2009: 182-183.

grafia da Ibéria¹⁸. Tudo isto faz com que “os ópidos que estão junto ao rio Tejo sejam mais ricos que os restantes” (*Vicina Tago caeterorum opulentissima sunt oppida*), diz Resende¹⁹, citando aquele geógrafo grego, que viveu na transição para a nossa era. E logo pormenoriza a riqueza piscícola:

Amnis quidem piscium feracissimus est, ostreorumque redundans. Inter Taganos pisces principatum obtinent alosae, et propter bonitatem et propter copiam. Alterum alosarum genus, de quo in Aegidio Scallabitano disputavi, sabogorum uel sabellarum, strigosius insipidiusque est, praeterquam Maio mense.

O rio, na verdade, produz peixe em grande quantidade e transborda de ostras. Entre os peixes do Tejo estão em primeiro lugar os sáveis, não só pela delicadeza da carne, como pela abundância. Há outra espécie de sável, objecto de discussão no meu livro sobre Gil de Santarém, as sabogas ou sabelas, bastante mais secas e insípidas, excepto no mês de Maio.

E segue-se o preciosismo de uma indicação, de forma a atalhar a questão. Com efeito, as sabogas podem comer-se com gosto, em Maio, desde que grelhadas e condimentadas apropriadamente. Já quanto a lampreias, elas são raras:

Tunc enim aliquam in eduliis habent gratiam, uerum ita, ut recentes a flumine prunis in craticula tostae, petroselini pultario ex pipéri ac mali Medici succo condiantur... Rarae in Tago capiuntur lampetrae, rariores marini porculi, siue suilli.

Nesta altura, de facto, são colhidas com certo agrado entre os alimentos, com a condição de serem assadas num grelhador de brasas, assim que saiam do rio e temperadas com salsa picada, pimenta, aipo e sumo de limão... raramente são apanhadas lampreias no Tejo e mais raramente ainda porcos-marinhos ou ‘soilhos’.

Quando acima, no passo citado de Resende, o humanista eborense fala do sável, objecto de aturada discussão filológica no Diálogo sobre Frei Gil de Santarém, vem a propósito referir que esse problema ictiológico se estende ao longo de três páginas e meia, onde são trazidas à colação autoridades diversas²⁰. Ora este assunto aparece a partir de uma questão colocada pelo seu amigo conterrâneo, poeta e médico, Luís Pires. Pergunta ele a Resende, tomando a palavra: “*Mestre, há uma coisa que também eu gostaria que me dissesses: se consideras que a alausa, a clupea e o sável são o mesmo peixe*” (*Est, magister, quod et ego scire ex te uelim na exis-*

¹⁸ Str. *Cbr.* III. 3. 1.

¹⁹ Fernandes 2009: 184-185.

²⁰ Pereira 2000: 170

times alausam et clupeam et sabalum eundem esse piscem)²¹. Na resposta, o mestre eborense traz à colação várias autoridades: por um lado, Paulo Jóvio e Francisco Massari são de opinião que “*thrissa, clupea e alausa são o mesmo peixe*” (...*ita ut piscis thrissa, clupea et alausa sint idem*); por outro, Resende diverge desta opinião e aproxima-se da de Guilherme Rondelet: “*quanto a clupea, Rondelet está em desacordo e tem razão, em meu entender*” (*De clupea dissentit Rondeletius, et recte, meo iudicio*). Para isso, ambos se socorrem da autoridade de Plínio:

Nam dicente Plinio clupeam minimum esse piscem qui immanem illum Padi attilum morsu exanimet, dum uenam in eius faucibus mira cupidine appetit, non uideo quo nam pacto id alausae quadret, quae neque dentata neque malefica est neque minimus piscis dici potest...

De facto, se Plínio diz que a clupea é um peixe muito pequeno capaz de, com a sua mordedura, tirar a vida ao famoso e enorme átilo do rio Pó, quando com a espantosa avidez ataca a veia que ele tem nas goelas, não estou a ver como é que isso se adequa à alausa, que nem tem dentes nem é perigosa nem se pode considerar um peixe pequeno...

Nestas páginas²², depois de mencionar o português Amato Lusitano, que se ateve ao parecer de Paulo Jóvio nos *Comentários a Dioscórides*, Resende vai concluir que, na sua opinião, “*a thrissa é a alausa, pois assim entenderam o prestigiado Teodoro Gaza, nos seus comentários a Aristóteles, e os tradutores de Estrabão...*” (...*autem thrissam alausam esse adsentimur, quando ita placuit Theodoro Gazae, magno uiro, in Aristotelem, et Strabonis interpretibus...*). Por isso se pode afirmar que Resende entende que *thrissa*, *alosa* e *saballus* são o mesmo peixe. Resende ainda acrescenta algumas observações acerca da melhor época para o sável (até princípios de Maio), assim como o distingue de um outro tipo de peixe, as savelhas ou sabogas, muito inferiores ao sável²³.

3.2. DO MONDEGO AO DOURO

Entre o Tejo e o Douro, sensivelmente a uma mesma distância, corre o rio Mondego, diz Resende²⁴, apoiando-se em Plínio-o-Antigo²⁵, escritor latino do séc. I d.C.: “*O Tejo – diz Plínio – está a 200.000 passos do Douro e entre ambos encontra-se o Mondego*” (*A Durio Tagus – inquit Plinius – CC. M. pass. Interue-*

²¹ Pereira 2000: 432-433

²² Pereira 2000: 434-435

²³ Pereira 2000: 436-437

²⁴ Fernandes 2009: 188-189

²⁵ Plin. *HN*. IV. 2. 115.

niente Munda). Esta cifra corresponde a 296 Km, uma distância muito aproximada da realidade. No segundo parágrafo, depois de falar da sua navegabilidade até às portas de Coimbra, o texto dá-nos conta das variedades de peixe que correm nas suas águas²⁶:

Abundat alosis, lampetris autem ubique scatet laudatissimis in superioribus etiam troctis. Rapax est, ac modicis imbribus excrescit ad insaniam.

Tem grande quantidade de sáveis, de lampreias também, e, por outro lado, a montante do rio, pululam mesmo as apreciadíssimas trutas. O rio é de forte corrente e poucas chuvas bastam para que desmedidamente suba.

Segue-se-lhe o rio Vouga, a meia distância entre o Mondego e o Douro, como nota Resende²⁷, o qual “*possui sáveis, lampreias e trutas em abundância*” (... *alosaurum, lampetrarum, troctarumque ferax*).

Ainda mais a norte, o muito celebrado rio Douro; quanto à fertilidade das suas águas, pode ler-se no mesmo sítio:

Ceteris amnibus, Minio excepto, grandiores fert alosas, lampetras, et troctas, quas iure praeferunt delicatioris gulae aestimatores, salmonum parciore et asturionum.

Dos restantes rios, exceptuando o Minho, é o que produz maiores sáveis, lampreias e trutas, preferidas pelos que, com razão, as consideram de sabor mais delicado, mas é mais parco em salmões e asturjões.

3.3. DOS RIOS DO MINHO

E continuando o percurso de Sul para Norte, com a descrição da rede hidrográfica do território português, depois do rio Douro (*De Durio*), muito celebrado pela sua beleza e pelo testemunho de escritores (*claritate sua et scriptorum testimonio celebratissimus*)²⁸, André de Resende vai abrir um capítulo sobre os rios dos Brácaros (*De fluminibus bracarorum*). Escreveu Resende²⁹:

Post Durium, quo Lusitanos a Callaecis separari supra docuimus, per Grauios, qui Bracari postea dicti sunt, “fluunt – inquit Pomponius – Auo, Celandus, Naebis, Minius, et cui Obluionis cognomen est Limia”. Non seruauit ordinem Pomponius, sed satis habuit omnes nominare.

²⁶ Fernandes 2009: 188-189.

²⁷ Fernandes, 2009: 190-191.

²⁸ Ibid.

²⁹ Fernandes, 2009: 196-197.

A seguir ao Douro, pelo qual, conforme fizemos saber anteriormente, são separados os Lusitanos dos Galaicos, e através dos Grávios, mais tarde chamados de Brácaros, “correm – diz Pompónio – o Ave, o Leça, o Neiva, o Minho e o Lima, que tem o cognome de rio do Esquecimento”. Pompónio não respeitou a ordem e contentou-se em enumerar todos os rios.

André de Resende, neste último período, manifesta o seu espírito modelado pela *forma mentis* do Renascimento humanista em que, valorizando-se, embora, a *auctoritas* das fontes da Antiguidade Clássica, se questiona a sua veracidade, num tempo em que a experiência se sobrepõe ao tradicional saber livresco, como desde o primeiro lustro do século XVI o sublinha Duarte Pacheco Pereira, nas primeiras páginas do seu tratado *Esmeraldo de Situ Orbis*; em vernáculo, este título, que apresenta o primeiro vocábulo cifrado em anagrama, pode traduzir-se por “O tratado dos novos lugares da Terra, por D. Manuel e Duarte”. Com efeito, ao longo do seu livro, que nos deixou incompleto, o cosmógrafo português há de enfatizar o valor da experiência humana em diversos passos, sendo esta transcrição feita a partir do manuscrito 888, fólio 6r, disponibilizado pela Biblioteca Nacional, nas coleções digitalizadas: “...e alem do que dito he ha experiencia que he madre das cousas nos desengane e de toda duuida nos tira...”.

Esta atitude do humanista eborense resulta ainda mais valorizada no contexto deste seu tratado, onde o cariz geográfico das suas descrições, que tantas vezes supera o da ingente tarefa de descrição de artefactos romanos ou ainda de povos anteriores, como é o da situação que estamos a experienciar, o coloca em lugar singular no contexto da produção bibliográfica da sua época; com efeito, esta “obra de Resende é inovadora como obra de Geografia”, como há muito já o afirmou Rosado Fernandes³⁰, numa época em que a literatura de viagens conhece grande divulgação de que, entre nós, é exemplo expressivo a *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto.

Voltando à página acima mencionada do tratado de Resende, umas linhas abaixo, o rio Lima vai merecer nova evocação, desta feita a partir de Estrabão:

Limia nomen retinet. Strabo alterius nominis mentionem facit: “Obliuionis – inquit – fluuius quem quidam Limaeam, alii uero Belionem uocant. Decipitur autem Strabo in eo, quod ait, Limiam a Celtiberis, et Vaccaeis fluere”. Non longe enim oritur, ex palustribus quibusdam locis inter Aquicaldensem urbem, et oppidum Montem Regium, tractusque ille uulgo Limia dicitur et incolae Limici, ut ex columna Aquiflouiensi, quam supra posui, apparet.

O Lima conserva o nome, mas Estrabão menciona outro nome: “O rio do Esquecimento, diz ele, a que muitos chamam Lima e outros Bélión”.

³⁰ Fernandes 2009: 33

Engana-se, porém, Estrabão ao dizer que o Lima corre dos Celtiberos e dos Vaceus. Na realidade não nasce longe, vem de certos terrenos pantanosos entre a cidade de Orense e a vila de Monterrei. Chama-se vulgarmente àquela zona Límia e aos seus habitantes Límicos, como é evidente pela coluna de Chaves que apresentei anteriormente.

A relevância do episódio que logo a seguir se apresenta é bem elucidativa deste espírito que se impôs ao tempo da aventura náutica dos Portugueses. Com efeito, o mito do esquecimento, que resultava do contacto com as águas do Lima, e do qual dão notícia Tito Lívio³¹ e Plutarco³², havia de cair às mãos do pragmatismo do exército romano:

... ut cum D. Iunius Brutus cum exercitu eo deuenisset, et milites fluium transire nollent, raptum signifero signum ipse transtulerit, et sic ut transgrederentur persuaserit, ut in Liuii Epítome legimus, et obiter attigit Plutarchus in Problematis sectione trigesima tertia. Qua ex causa Plinius eum fluium multum fabulosum appellat.

... como Décio Júnio Bruto ali tivesse chegado com o exército e os soldados não tivessem querido passar o rio, ele próprio o atravessou depois de arrebatado o estandarte ao porta-estandarte, assim os persuadindo a passar. Eis a razão por que Plínio diz que este rio está muito envolvido pela lenda.

Curiosamente, mais uma lenda³³ que atravessou o tempo e hoje se transformou num ícone da Vila de Ponte de Lima, ali nas margens do rio plantado, de braço dado com a ponte romano-gótica, do tempo do imperador romano Octávio Augusto.

Após o Lima, é dado um espaço particular ao rio Minho, consagrando-lhe uma entrada ou pequeno capítulo (*De Minio*). Escreve André de Resende³⁴:

Sequitur Minius, quem Iustinus libro ultimo a minii frequentibus uenis sic uocatum prodidit. Strabo duo illi nomina tribuit, ita scribens: "Post hos Baenis. Alii autem Minium uocant". Verum ego duplicem errorem inesse coniiicio. Alterum scripturae, ut non Baenis, sed Naeuis legendum sit. Alterum situs, ut uicinitas Strabonem fefellerit. Nam diximus ex Pomponio Naebis fluium esse Minio Limiaeque uicinum, qui mixtus Cadauo in Fanuensi litore erumpit. Verum qui uelit suo fruatur iudicio.

³¹ Livy, *Per.*, LV.

³² Plut., *Quaest. Rom.*, 34. A este propósito, vide o *epítome* do historiador romano Floro (*Epítome*, I, 33, 12), onde se lê uma versão com esta variante: Décio Bruto terá olhado para o Sol, quando se escondia atrás do Oceano, quando regressava da outra margem (cf. Fernandes 2009: 428).

³³ Para mais pormenores v. Melo 2013.

³⁴ Fernandes 2009: 198-199.

Segue-se o Minho, que Justino, no último livro (Epit. Hist. Phil., XLIV, 3,4) mostrou designar-se assim por causa do mínio, que nele existe em inúmeros veios. Estrabão deu-lhe dois nomes, escrevendo o seguinte: “Depois destes o Bénis. Outros, porém, chamam-lhe Minho”. Penso eu, no entanto, que há aqui um duplo erro: o primeiro é o da escrita, admitindo que não se deva ler Bénis, mas Névis; o segundo é o da situação, de tal modo que a vizinhança teria levado Estrabão ao erro. Com efeito, dissemos, apoiados em Pompónio, que o Neiva é o rio vizinho do Minho e do Lima e que desagua no litoral de Fão, misturado com o Cávado. Mas que cada um pense o que quiser.

Vamos deixar para trás o equívoco do rio Bénis, já comentado por Miguel Rosado Fernandes³⁵ e avancemos para a rica ictiofauna do rio Minho³⁶:

Ceterum omnes ii fluuii piscium lautiorum feracissimi sunt, lampetrarum, alosarum, troctarum, troctisalmonum, iridum, atque salmonum, inprimisque ipse Minius. Fert Lima salmones et suillos, siue asturiones, sed minores. Minius uero praegrandi magnitudine, et excellenti praestantia. Atque omnes hi quos hactenus exposuit, ueteribus cosmographis noti fuerunt.

De resto, todos estes rios e em primeiro lugar o próprio Minho são abundantes em peixes apreciados, lampreias, sáveis, trutas, trutas assalmonadas, trutas arco-íris e salmões. O Lima produz salmões e soilhos, ou seja, asturjões, mas bastante pequenos. O Minho, por seu lado, tem-nos notáveis, de tamanho enorme e muito bons. Todos estes rios, de que até agora falei, foram conhecidos dos antigos cosmógrafos.

Dando um salto até à atualidade, pode verificar-se que, entre os meses de Janeiro e Abril de cada ano, são numerosos os turistas que demandam a região do Minho para degustar um dos ciclóstomos mais celebrado desta época, a lampreia, mais propriamente a lampreia-marinha (*Petromyzon marinus*; Linnaeus, 1758). E ainda hoje há outras espécies piscícolas que lhe disputam o seu relevo na gastronomia desta região, como o sável (*Alosa alosa*), o salmão atlântico (*Salmo salar*), a savelha (*Alosa fallax*) e a truta marisca (*Salmo trutta morpho trutta*), o que releva bem da riquíssima ictiofauna do rio Minho, na atualidade, que se aproxima da meia centena de espécies já inventariadas. Uma amostra bem eloquente da rica fecundidade destas águas e que, por isso mesmo, se podem dizer felizes, atendendo ao primeiro sentido do étimo latino *felix*. Porém, apesar da pouca intervenção humana no ecossistema natural do rio Minho, a sua ictiofauna viu-se empobrecida, a meados do século passado, com o desaparecimento do esturjão, muito provavelmente em 1961, conforme se pode ler numa disser-

³⁵ Fernandes 2013: 428.

³⁶ Fernandes 2009: 198-199.

tação de mestrado que se ocupou do estudo das “Pesqueiras ou pescos”, que já vêm do tempo dos romanos e que, na atualidade, assumem especial relevo na arquitetura paisagística do rio, daí resultando um forte apelo à valorização deste património cultural³⁷.

O escritor eborense vai adiantar um capítulo sobre alguns outros rios (*De aliis nonnullis fluminibus*) da Lusitânia³⁸, em grande número e não desconhecidos (*multi neque ignobiles*). Diz ele que vai mencionar alguns desses rios dignos de chegarem ao conhecimento dos nossos compatriotas (*horum aliquot, dignos qui in notitiam ueniant hominum nostrorum*), palavras que nos fazem recordar Heródoto, o grande historiador grego do séc. V a. C., natural de Halicarnasso, que de forma semelhante assim gravou palavras inauditas até então no Prólogo das *Histórias*: “esta é a exposição das informações de Heródoto de Halicarnasso, a fim de que os feitos dos homens, com o tempo, se não apaguem...”³⁹. E faz menção desses rios: “*de qualquer maneira, são eles o Côa, o Tâmega, o Nabão, o Zêzere, o Soure, o Caia, o Canha, o Ceira, o Sor, o Tera e o Seda*” (*Quuiuscemodi sunt, Cuda, Tamaca, Naban, Ozecarus, Ancus, Caia, Cania, Seila, Subur, Thera, Saeta*)⁴⁰. Deles, porém, não há referência aos peixes que nas suas águas correm, com exceção do Ceira, que desagua no Mondego, e que lhe merece esta nota: “*desagua no Mondego e possui os mesmos peixes que aquele tem em abundância*” (*ingrediturque Mundam, iisdem quibus Munda piscibus abundans*)⁴¹.

CONCLUSÕES

André de Resende há de concluir este Livro II com uma entrada acerca da fertilidade da Lusitânia (*De fertilitate Lusitaniae*), “*do seu admirável clima e abundância e produtividade em frutos de toda a espécie*” (*deque eius admirabili tum amoenitate, tum etiam omnis generis frugum copia, atque ubertate*)⁴². Desta questão se ocuparam escritores como Estrabão, Ateneu, Plínio-o-Antigo, Marcial. Resende vai trazer à colação um único testemunho (*Vnum tantum Athenaei testimonium adducam*), um passo do primeiro capítulo do livro oitavo do *Jantar dos Sofistas*⁴³ do erudito grego Ateneu de Náucratis (séc. II-III d.C.), onde ele fala do peixe da Lusitânia, o assunto que aqui nos convoca, nestes termos: “*Por outro lado, o pescado, no que diz respeito à quantidade, boa qualidade e beleza, difere muitíssimo do que existe no Mediterrâneo*” (*At marinum obsonium, quod ad multitudinem,*

³⁷ Pacheco 2013: 23-24.

³⁸ Fernandes 2009: 198-201.

³⁹ Rocha Pereira 1998: 228.

⁴⁰ Fernandes 2009: 198-199.

⁴¹ Fernandes 2009: 200-201.

⁴² Ibid.

⁴³ Ath. *Deipnosophistai*. VIII. 331b-c.

bonitatem, pulchritudinemque spectat, maxime differt ab eo quod est in nostro mari)⁴⁴. Trata-se de uma obra em trinta livros, originariamente, que nos dá notícia de um longo banquete, que teve lugar em casa de um romano influente, Larentius, onde convivas eruditos, gregos e romanos, falaram entre si de muitos temas, desde a Literatura e as Ciências à Música e Filosofia, entre outros e onde couberam numerosas receitas culinárias e referências ao vinho. Muitas são as citações da prosa e poesia grega que se podem encontrar nesta compilação feita por um autor conhecedor da tradição literária e cujo livro se tornou num valioso testemunho para o estudo da Roma Imperial.

Mas do que aqui fica dito, interessa-nos a aproximação entre culinária e Literatura, aliás, como já se havia feito nas primeiras palavras desta nossa reflexão, ao citarmos alguns passos de *A Cidade e as Serras*, romance que tanto contribuiu para a celebridade do petisco da lampreia. E, por isso, uma primeira questão se pode colocar desde já: até que ponto se pode considerar no âmbito da Literatura o discurso historiográfico do renascimento humanista, como é o caso que aqui nos trouxe? A resposta já se encontra em Aristóteles, na sua primeira súmula sobre teorização literária, denominada *Poética* onde o filósofo estagirita regista este pensamento⁴⁵:

O historiador e o poeta não diferem pelo facto de um escrever em prosa e o outro em verso (se tivéssemos posto em verso a obra de Heródoto, com verso ou sem verso ela não perderia absolutamente nada o seu carácter de História). Diferem é pelo facto de um relatar o que aconteceu e o outro o que poderia acontecer. Portanto, a poesia é mais filosófica e tem um carácter mais elevado do que a História. É que a poesia expressa o universal, a História o particular.

Quintiliano vai retomar este pensamento dentro da tradição de uma história heróica⁴⁶, reiterando a proximidade entre história e poesia, dizendo que a história é uma forma de poema em prosa. E todo o pensamento Ocidental seria influenciado por esta tradição, em que teve ação determinante a primeira tradução latina do tratado aristotélico, em terras italianas, pela mão do humanista Giorgio Valla, corria o ano de 1498. Estamos numa época em que o conteúdo semântico do vocábulo Literatura se faz derivar do significado do seu étimo latino, *littera*, isto é, compreende todo o “saber relativo à arte de escrever e ler, gramática, instrução, erudição”, o mesmo é dizer, o saber e a ciência em geral, como há muito o demonstrou Aguiar e Silva. A historiografia, aliás, será um dos géneros que maior fortuna havia de conhecer nos alvares do Renascimento, sob a égide dos modelos da Antiguidade Clássica.

⁴⁴ Fernandes, 2009: 202-203.

⁴⁵ Aristóteles 2004: 1451a 36 – 1451b.

⁴⁶ Quint. *Inst.* 10. 1.31

Estamos numa época da civilização humana em que a *dignitas hominis* se assume como vetor fundamental do pensamento: “os feitos ilustres dos homens do passado, as suas instituições, o seu direito, os seus valores, a sua língua, na sua riqueza e pureza originais, vão ser objeto de reflexão nova”⁴⁷. O reino de Portugal não ficaria indiferente aos novos ventos de mudança que favoreciam a receção dos modelos antigos, orientados para “uma tratadística moral e histórica de incidência política”⁴⁸. É a esta luz que se deve interpretar o tratado de André de Resende, na busca dos fundamentos mais augustos da nacionalidade portuguesa, individualizando-a no contexto da luta dos povos da Hispânia contra Roma e daqui resultaram dois heróis para sempre celebrados, Viriato e Sertório adotivo.

Por isso, não era suficiente o aprofundamento da ‘paisagem etnográfica’ dos povos que habitaram a Lusitânia; tornava-se indispensável circunscrever um território, transmitir à Europa culta de então os traços que individualizavam a nossa paisagem, a paisagem da Lusitânia. E foi assim que as circunstâncias propiciaram oportunidade para que o humanista eborense inovasse no campo da Geografia, questionando e dando nova luz a factos relatados pelas fontes dos antigos, uma reflexão impulsionada pelo conhecimento científico advindo dos Descobrimentos portugueses.

Era deste modo que a Literatura se assumia como suporte de uma nação e de uma língua, fixando ‘paisagens’, memorizando espaços, cuja leitura se desvela ao Homem na medida exacta da sua consciência cultural e histórica e que, simultaneamente, se torna insubmissa às frias lentes de objetivas fotográficas. Também aqui, na nossa paisagem natural, se vislumbram os traços humanos que da Europa os povos transformam em ‘irmãos’, ancorados nas cristalizadas linhas isotópicas de matrizes clássicas. Por isso, como li algures, em Teixeira de Pascoaes, “há rostos de almas nas paisagens!” de Portugal.

⁴⁷ Soares 1994: 280

⁴⁸ Soares 1994: 285

BIBLIOGRAFIA

Fontes

- Aristóteles (2004), *Poética*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.
- Pascoaes, Teixeira de (1991), *Arte de Ser Português*, Assírio & Alvim, Lisboa.
- Pereira, Duarte Pacheco (depois de 1750), *Principio do Esmeraldo de “situ orbis”, feito e composto por Duarte Pacheco, caualeiro da Caza del Rey Dom João o Segundo de Portugal*. Consultado, pela última vez, a 2 de Abril de 2020: <http://purl.pt/21999>.
- Queiroz, Eça de (1975, 25^a ed.), *A Cidade e as Serras*, Livros do Brasil, Lisboa.
- Resende, André de (2009), *As Antiguidades da Lusitânia*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Resende, André de (1988), *Carta a Bartolomeu de Quevedo*, Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos, Coimbra.
- Torga, Miguel (1977, 2^a ed.), *Diário IX*, edição do autor, Coimbra.

Estudos

- Fernandes, R. M. Rosado (2006), “Solho, Esturjão ou *Asturião no Guadiana. Reflexos de um problema ictiológico no humanismo quinhentista”, in Raul Miguel Rosado Fernandes, *Em busca das raízes do Ocidente*, Alcalá, Lisboa, 397-420.
- Melo, António Maria Martins (2013), “André de Resende e o *De antiquitatibus Lusitaniae*: o lugar dos *exempla* na construção retórica do discurso”, in Harto Trujillo, M.^a Luisa; Álvarez, Joaquín Villalba (eds.), *Exempla fidem faciunt*, Ediciones Clásicas, Madrid, 293-311.
- Melo, António Maria Martins (2013), “Celtas nas Fontes Clássicas”, in Lobo, Fátima (coord.), *Actas do VI Congresso Transfronteiriço Cultura Celta de Ponte da Barca*, Município da Ponte da Barca, Ponte da Barca, 87-95.
- Pacheco, M.^a Fernanda de Oliveira (2013), *Pesqueiras do Rio Minho: valorização do património cultural. Gestão de recursos naturais*. Dissertação de Mestrado, Instituto Politécnico de Viana do Castelo, Viana do Castelo. Consultado a 24 de Março de 2017: <http://hdl.handle.net/20.500.11960/1120>.
- Pereira, M. H. da Rocha (1998), *Hélade. Antologia da Cultura Grega*, Instituto de Estudos Clássicos, Coimbra.
- Pereira, Virgínia Soares (2000), “*Aegidius Scalabitanus*” – *Um diálogo sobre Frei Gil de Santarém*, Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa.

Pereira, Virgínia Soares (2009), “*Hispani omnes sumus?* Os nacionalismos de André de Resende e Bartolomeu de Albornoz”, in Soares, Nair de Nazaré Castro e Moreda, Santiago López (coord.), *Génese e Consolidação da ideia de Europa*. Vol. V – *Idade Média e Renascimento*. Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra, 257-274.

Soares, Nair de Nazaré Castro (1994), “A história antiga no humanismo renascentista português”, in *II Congresso Peninsular de História Antiga – Actas*, Instituto de Estudos Clássicos e Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra, 279-305.